

## CONCLUSÕES

Acerca da questão teórico-metodológica de se entender a globalização enquanto categoria de análise, considera-se aqui este momento histórico como uma realidade em construção, uma fase da acumulação capitalista que, para uns, se assevera como o prenúncio de uma nova forma de organização social de produção e, para outros, significa tão somente outra etapa de superação positiva do capitalismo ao enfrentar mais uma de suas crises cíclicas.

De fato, é possível perceber que, apesar de esta etapa da dinâmica capitalista, explicitada a partir de 1968-75, possuir elementos aparentemente novos, todos eles, numa maior ou menor proporção, já se fizeram presentes em outras épocas de crise.

Tal dinâmica significa que os elementos da economia internacional estão, novamente, passando por sensíveis modificações, agora respaldados:

- a) tecnologicamente, nos extraordinários avanços da tecnologia informacional;
- b) economicamente, nos “excedentes relativos” de capital, surgidos nas economias desenvolvidas por ocasião de conjunturas recessivas
- c) ideologicamente, na ruptura do paradigma centrado na atuação do Estado na economia e na aplicação dos princípios neoliberais, inicialmente no chamado primeiro mundo, e, posteriormente, se estendendo, paulatinamente, aos países hoje denominados mercados emergentes.

Os crescentes fluxos de capital, sob a forma de investimento externo direto (IED), tanto entre os países desenvolvidos ou do núcleo-orgânico, quanto destes para os considerados em desenvolvimento, ou semiperiféricos, têm-se constituído em uma característica muito forte desta fase da acumulação capitalista, o que impele a tomá-la como elemento central no estudo da inserção da economia brasileira na economia mundial.

As estatísticas econômico-financeiras sobre os últimos 20 anos, bem como a literatura especializada em economia internacional, traduzem de forma patente o ritmo acelerado dos movimentos transfronteiriços do capital, consolidando a atual dinâmica internacional, na qual o predomínio do capital sob a forma financeira é bastante expressivo, se colocando em paralelo ao processo de centralização capitalista.

Esta realidade tem exigido esforços no sentido de adaptar o aparato institucional existente para a regulação das relações internacionais; implantados para atender às necessidades de uma internacionalização baseada, fundamentalmente, nos fluxos do capital sob a forma de mercadoria, ou seja, para regular as relações comerciais entre países que têm, ao longo do tempo, dado lugar a outras formas, mais fluidas, do capital, notadamente, os investimentos externos diretos e de portfólio.

Considerando os reflexos desta nova performance conjuntural da economia mundial, sobre a economia brasileira, tem-se que, a partir de 1990, as políticas macroeconômicas do governo brasileiro se estruturaram no sentido de atender aos princípios neoliberais, através de um conjunto de medidas de

liberalização econômica, desregulamentações e alterações na legislação vigente, assumindo a postura explícita de: 1) envidar esforços em direção à estabilização econômica; 2) "afastar" o Estado da economia; e 3) inserir o Brasil no mundo globalizado. A idéia de que "O Brasil não podia perder o bonde da história" foi a tônica do discurso dos três Presidentes da República que cumpriram mandatos durante a década: Fernando Collor de Mello (1990-92); Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002).

Para fazer face ao primeiro propósito – de destruir as bases da inflação, na busca da estabilidade econômica –, foram desenvolvidos e implantados planos de estabilização, desde a década imediatamente anterior. No entanto, somente após 1994, com a implantação paulatina do Plano Real, através de três fases intercaladas, foi possível contabilizar êxitos em termos de estabilização monetária.

O referido plano possuía, como um dos principais elementos, uma âncora cambial, fortemente atrelada às reservas externas, o que exigia do governo esforços contínuos na captação de recursos internacionais. De fato, este plano alcançou um dos seus maiores objetivos, a estabilidade monetária, sem, contudo, este feito resultar no tão esperado retorno do crescimento econômico. A manutenção das taxas de juros em patamares impeditivos dos investimentos produtivos significava a defesa do Real e do Plano Real a qualquer custo. O resultado dessa conjunção de elementos é a presença de indicadores de crescimento econômico, medíocres durante toda a década em

estudo, caracterizando a manutenção dos níveis de produção, emprego e renda típicos de uma economia estagnada.

Já no que concerne ao segundo objetivo – "retirar" o Estado da Economia, para que o mercado em liberdade pudesse se auto-regular, alcançando o equilíbrio indispensável à estabilidade econômica –, tem-se, logo no início dos anos 90, o lançamento do Programa Nacional de Desestatização (PND) que, ao longo da década, passou por vários aperfeiçoamentos, no intento de regulamentar processos de venda de empresas estatais, criando a expectativa de saneamento das finanças públicas através da redução das despesas com as referidas empresas, ao tempo em que ampliava receitas via recursos provenientes de vendas e transferências de dívidas.

De fato, o programa somente assumiu ritmo considerável após 1995, quando o clima de instabilidade política começava a se dissipar e a estabilidade monetária dava sinais de resistência. A partir de então, assiste-se toda uma adequação da legislação em vigor, aliada a um conjunto de medidas provisórias editadas e reeditadas, sistematicamente, para favorecer o processo de privatizações e de captação de recursos externos. O Brasil é palco de verdadeiras batalhas judiciais, em virtude de movimentos sociais que se engendram contra a venda de empresas estatais, principalmente daquelas que apresentavam elevados níveis de lucratividade e produtividade, e das que se constituíam monopólios, principalmente, na área dos serviços públicos e da produção estratégica. No entanto, de balde os esforços da sociedade civil organizada, o processo privatizante estava em curso e manteve-se durante

toda a segunda metade da década de 90, exibindo resultados satisfatórios, do ponto de vista do governo, ao tempo que submetia o país a um movimento desnacionalizante sem precedentes.

A saída do Estado da economia não se fazia de forma absoluta, mas significando uma mudança de postura ou de papel – abdicando da condição de Estado produtor e assumindo o perfil de Estado regulador, preparador de cenários apropriados ao desenvolvimento do capital privado, especialmente, se vindo do exterior.

De fato, a consecução dos objetivos referentes aos dois propósitos acima indicados era imprescindível na definição da forma de inserção da economia brasileira no mundo globalizado, terceira meta explicitamente defendida pelo governo brasileiro, durante toda a década de 90. A relativa estabilidade monetária alcançada, com o Plano Real e os êxitos do Programa Nacional de Desestatização, colocava o Brasil na rota do capital externo, uma vez que estava sendo vendida, no exterior, uma imagem de país forte, com moeda forte e assumindo postura compatível com os ditames internacionais postos no *"Consenso de Washington"*.

Não cabia mais, nas palavras do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, posturas políticas teoricamente concebidas como de dependência associada ao desenvolvimento<sup>1</sup>. Estando em outro momento

---

<sup>1</sup> A teoria da dependência associada foi desenvolvida pelo próprio Fernando Henrique Cardoso, nos idos da década de 70.

histórico, cabe às nações como o Brasil se inserirem no movimento global, nem que para isto necessitem abdicar de projetos de desenvolvimento nacionais. A lógica internacional ou global ultrapassa submetendo, qualquer lógica ligada às dimensões hierarquicamente situadas sob sua égide, como é o caso do estado-nação. Estamos, portanto, diante do que Murteira (2000) denominou de globalização, ou seja, a supremacia da mega-economia transnacionalizada sobre os demais elementos, por ela articulados<sup>2</sup>.

Nesse sentido, a decisão de não abrir mão de um projeto de desenvolvimento nacional, no qual o fator mais relevante fosse a redução dos níveis internos de exclusão social, significaria sucumbir, da condição semiperiférica já alcançada, ao status de periferia, seria optar pela exclusão externa, seria, metaforicamente falando, "perder o bonde da história".

Não foi esta a "opção" do Brasil. Pode-se dizer que o alinhamento da política econômica brasileira, na última década, às regras estabelecidas em termos internacionais, permitiu sua inserção no mundo globalizado.

Neste contexto, assiste-se durante o quinquênio (1995/99) em foco, a uma extraordinária elevação dos fluxos de investimento externo direto (IED) em direção do Brasil, permitindo perceber, no comportamento desta variável, a obtenção de êxito do terceiro propósito.

---

<sup>2</sup> Segundo Murteira (2000), a globalização inclui elementos tais como: mega-economia transnacional; macroregiões ou blocos econômicos; estados nacionais; regiões intranacionais; e economias locais, que se articulam sob a égide do primeiro.

Tais recursos provenientes do exterior utilizaram, como principais vias de acesso ao mercado brasileiro, as fusões/aquisições transfronteiriças e as privatizações, caracteristicamente processos de centralização de capital. Em apenas cinco anos, os fluxos de capital para o Brasil, sob a forma de investimentos externos diretos, saltaram dos irrisórios US\$ 300 milhões para algo em torno de US\$ 33 bilhões.

No entanto, a perspectiva criada pelo governo brasileiro de que estes investimentos seriam, sobretudo, uma alavanca à retomada do processo de crescimento econômico, na realidade, não se concretizou, uma vez que, ao se constituírem, fundamentalmente, como capitais em processo de centralização, não significaram investimentos novos, ou seja, formação bruta de capital fixo e, portanto, não contribuíram para a elevação da capacidade produtiva em termos de geração de emprego e renda. A correlação existente entre estes dois elementos (IED x Fbcf) mostrou-se, durante todo o período analisado, como praticamente inexistente.

Sendo assim, o estudo ora apresentado entende que esta forma específica do capital (IED) caracteriza o processo de inserção do Brasil na economia globalizada e aponta como elementos condicionantes do processo: 1) a construção de um cenário macroeconômico de relativa estabilidade política e monetária; 2) o Programa Nacional de Desestatização (PND), que concretiza a mudança de papel do Estado brasileiro, facilitando a entrada do capital externo em áreas estratégicas, via venda de estatais; e 3) o Programa de Reestruturação do Sistema Financeiro Nacional, que estimulou a participação

do capital externo no processo de fusões/aquisições no segmento bancário, ao assumir o saneamento das empresas com dificuldades, para permitir sua transferência de propriedade.

Entende-se ainda que o custo dessa forma de inserção no sistema globalizado, altamente excludente, faz recrudescer seqüelas presentes na economia brasileira desde a "opção" anterior, respaldada na ideologia desenvolvimentista que teve o tripé capital estatal, capital privado e capital externo (sob a égide do primeiro) como base para o processo de acumulação de capital durante três décadas.

É notável o aprofundamento do grau de desnacionalização da economia brasileira, com reflexos consideráveis sobre a soberania nacional, além do agravamento intermitente dos constrangimentos externos e internos em termos de endividamento. A conjunção destes e mais outros tantos elementos dificulta a construção de um ambiente propício à retomada do crescimento econômico em termos reais, obscurecendo as perspectivas futuras do Brasil, enquanto espaço econômico de peso no cenário internacional.

Além disso, a continuidade da ampliação das dívidas interna e externa, claramente potencializada pela condição de submissão assumida pelo estado-nação Brasil, frente ao movimento de acumulação de capital em nível "global", fragiliza sobremaneira a imagem do Brasil junto aos investidores externos, que, em futuro próximo, poderão vir a desviar o curso dos seus investimentos, notadamente, quando se esgotarem as forças dos mecanismos de atração, acima considerados.

As conseqüências, desta forma de inserção sobre o grau de soberania nacional, impede a construção de um projeto nacional de desenvolvimento que possibilite a atenuação dos efeitos da polarização excludente, característica da forma de organização da produção capitalista, a qual tem cada vez mais se exacerbado, em sua fase "global".

Assim, os anseios internos pela ruptura da estagnação econômica, presente desde os anos 80, se frustram diante da incapacidade de alavancagem do crescimento econômico, a partir dos movimentos típicos da centralização do capital internacional. Neste sentido, a deterioração das condições de vida de significativa parcela da população brasileira é um dos graves resultados do aprofundamento da recessão econômica ao nível interno.

Ao final de duas décadas (80 e 90), pode-se inferir que, em paralelo ao crescimento vegetativo da população, ocorre incremento proporcional na população economicamente ativa (PEA), o que, em conjuntura adversa à produção de novos postos de trabalho, ou mesmo de destruição dos até então existentes, ocasiona, em primeira instância, a ampliação dos níveis de desemprego<sup>3</sup>.

Este movimento é acompanhado por um aprofundamento nos desníveis da distribuição de renda, que coloca o Brasil em último lugar em uma

---

<sup>3</sup> A taxa de desemprego aberto apurada pelo IBGE, nas regiões metropolitanas, passa de 3,4%, em 1989, para 8,1%, em março de 1999. A mesma taxa, apurada pela pesquisa Seade/Dieese, mostra níveis bem mais altos: 8,7% em 1989, passando para 20,3%, em 99.

série de 55 países pesquisados<sup>4</sup>. É importante destacar este conjunto de dados<sup>5</sup>.

As seqüelas sociais, daí advindas, cristalizam-se, dentre outras formas, sob a roupagem de violência exacerbada, como se pode perceber nos indicadores apontados por Cano (2000).<sup>6</sup>

Finalmente, o estudo de caso que foi desenvolvido para ilustrar a dissertação, corrobora a hipótese delineada de via de acesso dos capitais externos sob a forma de IED, como também dos elementos condicionantes e/ou determinantes da ampliação destes fluxos, após 1995.

O resultado obtido, através do inquérito realizado no universo composto por todas as empresas da Paraíba, do setor serviços, que passaram por processos de centralização econômica a partir de 1995, reforçou os argumentos explicitados ao longo do trabalho, uma vez que foram identificados, como principais elementos condicionadores da ampliação dos fluxos de IED no

---

<sup>4</sup> Cf. *Folha de São Paulo*, 13.6.99:1-15. In Cano (2000).

<sup>5</sup> "(...) os 20% mais pobres em 1970 recebiam 3,4% da renda gerada no Brasil, hoje recebem 3,3%; os 40% mais pobres recebiam 10%, hoje recebem 8,8%; os 20% mais ricos recebiam 61,9%, hoje recebem 64,1%." (Cano, 2000: 279) Agregue-se a isto a seguinte informação: "(...) a renda média dos 10% mais ricos do Brasil é cerca de trinta vezes maior do que a dos 40% mais pobres. Comparada com os países desenvolvidos (cinco vezes); com a Tailândia ou Argentina (dez vezes); Com Nepal ou Colômbia (quinze vezes); ou mesmo com o Quênia e a Costa do Marfim (20 vezes), esta marca constitui uma verdadeira afronta social." (Cano, 2000:280)

<sup>6</sup> "A relação homicídios/ 100 mil habitantes, em 1998, apontava uma cifra de 30 para a América Latina (o dobro da média mundial) (...) e de 24 para o Brasil (4º colocado). (...) Para região metropolitana de São Paulo, a criminalidade evoluiu ao longo dos últimos anos de maneira preocupante: Para os períodos 1983-84, 1988-89 e 1996-97 (em mil ocorrências) os registros policiais de homicídios passam de 4,9, para 7,3 e 12; o de furtos, de 160,3 para 183,4 e 194,9; o de roubos, de 68,8, para 71,7 e 144; os de drogas (tráfico e uso), de 3,5 para 3,6 e 4,1." (Cano, 2000: 283)

Brasil: 1) a conjuntura internacional, geradora de excedentes relativos de capitais; 2) as vantagens comparativas em termos de lucratividade oferecidas pelo Brasil, cuja fonte encontra-se atrelada às facilidades construídas para a captação de recursos externos, via PND e PROER.

É importante destacar ainda que esses processos de centralização, pelos quais passaram as empresas consideradas neste estudo, ocorreram, seja através da venda de participações em oferta pública (leilões), com base nos princípios norteadores da desestatização contidos no PND, como foi o caso das distribuidoras de energia elétrica; seja via aquisições de empresas do segmento da intermediação financeira, integrantes do PROER – em parte saneadas pelo Banco Central do Brasil, para posterior venda – e outras não vinculadas àquele programa, mas atraídas pelo ambiente de estabilidade macroeconômica que permite a perspectiva de rentabilidade competitiva em nível mundial.

Esse resultado reforça também a percepção de que a ampliação dos fluxos de investimentos externos diretos (IED), em direção à economia brasileira, significaram, sobretudo, um processo de centralização capitalista, não favorecendo, consecutivamente, à reversão da tendência de estagnação econômica vivenciada no Brasil desde a década de 80. Esta reflexão é grave, quando se associa, à manutenção ou degradação dos indicadores econômicos, seus efeitos sobre as condições de vida da população. Neste sentido, a década de 90 fez proliferar a ampliação das condições de penúria da população brasileira, devido à ampliação dos níveis de desemprego, deterioração dos

serviços públicos (saúde, educação, saneamento básico, dentre outros), situação cuja análise mais acurada extrapola os objetivos deste trabalho, se configurando em um possível campo de investigação futura.

Em um resgate das posições teóricas sobre o processo de globalização em curso, as conclusões alcançadas neste trabalho, permitem perceber as posturas que caracterizam o movimento atual como engendramento de mecanismos de superação positiva do capital, em nível global, como aquelas com as quais a perspectiva aqui assumida mantém pontos de intersecção.

A exemplo, pode-se citar os estudos de Wallerstein, muito importantes para que se entendessem as dificuldades de retomada do crescimento econômico no Brasil ou de seu desenvolvimento, se situamos esta economia na condição de semiperiferia, cuja relação de dependência polarizadora com o núcleo-orgânico se constitui em elemento fundamental para a estabilidade do sistema-mundo. Sendo assim, a interferência político-ideológica de organismos multilaterais, notadamente comprometidos com o núcleo-orgânico, nos ditames das políticas macroeconômicas, objetiva à manutenção desta relação de dependência, explicitando que, quanto maior for a adesão aos princípios ditados exogenamente, maiores as chances de não-exclusão do sistema-mundo.

Na mesma linha de análise, concorda-se, neste trabalho, com Gonçalves quando da sua reflexão sobre o processo de inserção da economia brasileira no mundo globalizado, ou seja, que esta somente ocorreu com a adesão (opção?) do estado brasileiro a uma postura que exclui as possibilidades de um

projeto de desenvolvimento nacional, uma vez que a corrosão inflacionária do poder aquisitivo do brasileiro foi substituída pela corrosão, muito mais séria, da soberania nacional, via acelerado processo de desnacionalização. O acesso facilitado aos investidores externos em áreas estratégicas dificulta, quando não impede, decisões políticas em torno de objetivos internos fundamentais, como, por exemplo, a formulação de uma política industrial que permita a retomada dos investimentos produtivos e conseqüentes movimentos em torno da elevação do emprego e da renda, atrelada a políticas de redistribuição de renda, tão ansiosamente esperada como fruto de um desenvolvimento sempre por vir. Não foi por acaso que os países da América Latina, inclusive o Brasil, passaram, durante a década de 90, a ser denominados, pelos organismos multilaterais, como *mercados emergentes*, deixando passar a idéia da destruição do estado-nação ou da sua real importância, enquanto elemento inserido na economia globalizada.

Enfim, pode-se dizer que a inclusão da economia brasileira no mundo globalizado se cristaliza, internamente, pelo recrudescimento da polarização, em outros termos, pelo aprofundamento cada vez maior da exclusão social. Os efeitos da inclusão externa explicitam-se em exclusão interna.